

Gláucia Rejane da Costa¹

Resumo: O presente trabalho propõe-se a tratar da questão do sujeito na Análise do Discurso e, no desenvolver dessa discussão, verificar como se constitui o sujeito enunciador do programa de formação continuada de professores de Português Gestar II, proposto pelo Ministério da Educação, aplicado a professores em serviço. Para isso considera as diferentes noções de sujeito construídas pela Análise do Discurso ao longo do seu percurso nas diferentes fases, nas quais se relacionam sujeito, discurso e ideologia e se encontram os conceitos como o de máquina discursiva, o de interdiscurso e de heterogeneidade.

Palavras-chave: Sujeito. Discurso. Ideologia. Formação. Gestar II.

Abstract: This work intends to discuss the conception of the subjectivity by Discourse Analysis and along the discussion about it, tries to verify the constitution of the subject who enunciates from Gestar II, an educational program of formation from the Ministry of Education of Brazil applied to teachers from Brazilian public schools. This text is based on the different notions of the subject by the Discourse Analysis and its relation with the discourse and ideology.

Key words: Subject. Discourse. Ideology. Formation. Gestar II.

1 INTRODUÇÃO

A análise da frase enquanto texto representa um dos grandes avanços nos estudos da linguagem. A Análise do Discurso, campo do saber inaugurado por Michel Pêcheux na década de sessenta do século XX, surge da necessidade de superação de uma linguística frasal, incapaz de dar conta do texto na sua complexidade. Nessa busca elege o discurso como objeto de estudo, inserindo-o na relação da língua com a história, com o sujeito e com a ideologia. Entende que o discurso se materializa no texto e é por meio da dessuperficialização do segundo que se chega ao primeiro, verificando que os sentidos se constroem a partir das formações discursivas – FDs. É preciso, pois, reportá-lo à exterioridade, descobrir a formação discursiva, a partir da qual o sujeito enuncia, as condições de produção nas quais esse discurso é estruturado. Aqui a relação linguagem sociedade se apresenta de maneira inquestionável, porque é lá, nos seus diversos espaços, que os sentidos se encontram pulsando nos discursos marcados pela ideologia, produzidos por um sujeito que o faz de algum lugar institucionalmente marcado, caracterizando as formações discursivas. Elegeram-se, portanto, as seguintes categorias de análise: formação discursiva, formação ideológica, sujeito e sentido.

Para se analisar o *corpus*, procedeu-se da seguinte forma: selecionou-se um texto extraído do Guia Geral do Gestar II, por meio do qual o programa se propõe a tratar do papel do professor, dentro da proposta pedagógica apresentada. Procedeu-se à análise da sua materialidade linguística, atentando-se para o seu enunciador, o que

¹ Graduada em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestranda em Letras pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: grcosta0408@hotmail.com

foi dito por ele e o modo como o fez. À medida que se remeteu o dito nesse discurso ao dito em outros discursos, em outras condições, construiu-se um objeto discursivo. Desse modo foi possível o delineamento das formações discursivas (FDs) às quais estes discursos pertencem e a verificação do modo como tais FDs se relacionam para produzir efeitos de sentido. Chegou-se, portanto, ao interdiscurso a partir da relação do discurso em questão com outros discursos.

2 SUJEITO, DISCURSO E IDEOLOGIA NO PERCURSO DA AD

Na sua primeira formulação da teoria do discurso, Pêcheux conceitua: “As formações ideológicas [...] comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas inter-relacionadas que determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada.” (PÊCHEUX *apud* MALDIDIER, 2003, p.32). Para a AD, existe um sujeito que fala de algum lugar em que as formações discursivas existem. Esse sujeito do discurso é, então, capaz de produzir sentidos, atribuir significado às coisas.

É sobre esse sujeito que o presente trabalho se propõe a discutir, considerando as concepções de Pêcheux e Foucault, a fim de verificar como se constitui o sujeito enunciatador do programa de formação continuada de professores de Português em serviço, o Gestar II, proposto pelo Ministério da Educação. Para isso evocaremos as contribuições de Orlandi (1988), Lucena (2004), Brandão (2002), Mussalim (2006), entre outros.

A questão da subjetividade na AD será abordada, considerando as diferentes noções de sujeito por ela construídas ao longo do seu percurso nas diferentes fases. Em primeira instância, tem-se na AD1, ou análise automática do discurso, uma máquina discursiva como geradora de cada processo discursivo. Aqui, mesmo na fase inicial, o sujeito não é concebido como origem do seu discurso, mas apresenta-se assujeitado a essa máquina, uma espécie de dispositivo que pode determinar as possibilidades discursivas desses sujeitos. Desse modo, “[...] quem de fato fala é uma instituição, uma teoria, uma ideologia.” (POSSENTI *apud* MUSSALIM, 2006, p.133)

Esse conceito se origina da obra de Althusser (1970), de base marxista, para quem o sujeito é um indivíduo que pertence a uma classe social com uma ideologia e está sujeito a um sistema que aponta, estabelece, determina valores e ideias. Ele, ideologicamente marcado, então, reproduz essas condutas e valores da sociedade em que se insere. Althusser traz a ideologia para perto do sujeito e do seu fazer enquanto agente social. Para o autor, a ideologia tem existência material. Explicita: “Uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material.” (ALTHUSSER, 1970) Na formulação da sua tese sobre os indivíduos que vivem na ideologia, elucida:

Diremos, portanto, considerando um sujeito (tal indivíduo) que a existência das ideias de sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais, eles mesmos definidos pelo aparelho ideológico material de onde provêm as ideias do dito sujeito. (ALTHUSSER, 1970, p.91)

Nessa formulação elege a noção de sujeito como termo central do qual dependem as noções de crença e consciência. A partir daí aborda a sua tese central de que a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos, o que explicita a sua formulação de que só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito. Ela existe para os sujeitos concretos, e é na linguagem que ela se materializa, e por meio desta é possível depreender o seu funcionamento. Nesse contexto, o artigo de Althusser traz contribuições decisivas à obra de Pêcheux nos anos de 1970. Este, conduzido pelas reflexões sobre o discurso, chegava ao ponto em que língua e ideologia se encontravam.

A subjetividade é, portanto, compreendida do ponto de vista do assujeitamento de um EU que fala de um lugar social, e ao fazê-lo representa um aparelho ideológico. Esse assujeitar-se, segundo Lucena (2004), define-se pela identificação do sujeito a uma formação discursiva. Entende-se formação discursiva como aquilo que determina o que pode e deve ser dito, a partir de um determinado lugar social. As formações discursivas não têm fronteiras, e por esse motivo, elas se imiscuem, promovendo a inter-relação entre os vários discursos. São múltiplas vezes que ecoam de cada uma das FDs.

As formações discursivas estão ancoradas nas formações ideológicas que compreendem o conjunto de representações, compreensão de mundo de uma classe social, a partir das quais se podem verificar as noções de moral e ética, posicionamento sobre os papéis exercidos pelos sujeitos no interior de uma formação social. É nas formações discursivas que as formações ideológicas ganham existência. E das relações entre as FDs derivam os sentidos. Desse modo, a ideologia se apresenta como “[...] condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos.” (ORLANDI, 2002, p. 46)

Não há mais, na segunda fase, a noção de sujeito marcada por um princípio de unidade, afirma Mussalim (2006). Isso remete os pesquisadores a uma discussão em que se encontram articuladas ao sujeito, discurso e sentido as noções de dispersão e formação discursiva, conceitos caros à Análise do Discurso. A AD utiliza o conceito de formação discursiva, tomado de empréstimo do filósofo Michel Foucault (1969) para nomear o lugar central em que discurso e ideologia se relacionam. Se uma FD é atravessada por discursos diversos, oriundos de várias outras FDs e que são por ela incorporados numa relação de confronto ou aliança, não se pode conceber na sua constituição elementos ligados entre si por um princípio de unidade. Numa FD sempre estará em jogo mais de um discurso. É, portanto, nesse sentido que Foucault a compreende como uma dispersão: “[...] as diversas modalidades de enunciação em lugar de remeter à síntese ou à função unificante de um sujeito, manifestam sua dispersão” (FOUCAULT, 1969, p.69)

Os discursos são produzidos por sujeitos. Um locutor se fragmenta em muitos sujeitos, que falam de um lugar determinado, no interior do processo discursivo em que se movimentam.

É essa presença do outro numa FD que confere ao discurso o caráter de heterogeneidade; embora seja heterogêneo, ele não está livre de restrições, pois o que é

possível de ser por ele enunciado e até mesmo o que não é já está demarcado pela própria formação discursiva em que está inscrito. Disso decorre a relação entre discurso, sentido e ideologia. E não há ideologia sem sujeito.

Focar-se-á agora no sujeito que assume diferentes posições no espaço discursivo, mas que, apesar dessa mobilidade, é dominado por uma determinada formação ideológica, logo, os sentidos possíveis do seu discurso são por essas posições demarcados, preestabelecidos. Eles não existem *a priori*, em si mesmos, mas vão se constituindo à medida que se constitui o discurso. De forma mais simples: os sentidos das palavras são retirados das posições daqueles que as empregam, das formações nas quais tais palavras são produzidas. Orlandi (1988, p.58) conclui: “A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece [...]”

Tais considerações possibilitam ver que a noção de sujeito nesse segundo momento se diferencia da primeira, à medida que o apresenta associado a uma função, um papel que pode ser mais de um, ainda insuficiente para removê-lo da condição de assujeitamento. Ele é assujeitado, na medida em que enuncia de uma Formação Discursiva que, por seu turno, é interpelada pela Formação Ideológica. Tanto na AD1 quanto na AD2 o sujeito é aquele interpelado pela ideologia, mas ambas também o concebem como um sujeito inconsciente. Essa condição de sujeito inconsciente se evidencia na ilusão discursiva desse sujeito afetado pelos dois esquecimentos: o primeiro acreditando ser criador do seu próprio discurso, esquecendo-se da sua condição de assujeitado pela formação discursiva em que está inserido. E o segundo diz respeito à escolha do que é dito e o que não é dito, acreditando ter plena consciência do que diz e controle dos sentidos daquilo que enuncia. Sobre o inconsciente tratar-se-á a seguir ao abordar uma vertente mais atual da AD, desenvolvida nos trabalhos de Authier Revuz.

A concepção de sujeito apresentada nessa terceira fase corresponde a uma noção de discurso marcado pela heterogeneidade, reconhecendo numa formação discursiva sempre a presença do outro, pois é assim que aquela se define. É a chamada fase do Primado do Interdiscurso. Esses diversos discursos são postos em relação, de forma regulada no interior de um interdiscurso. O sentido de um texto é, pois, apreendido no espaço interdiscursivo entre as FDs em questão num discurso. O interdiscurso – o já dito e esquecido, com um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação – é considerado um conceito chave da AD, por designar “[...] o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função da relação de dominação, subordinação e contradição.” (MALDIDIER, 2003, p.51) Se a noção de sujeito decorre da noção de discurso, tem-se então um sujeito heterogêneo, clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente, impossibilitado de definir-se consciente do seu dizer; descentrado, porque partilha com o outro o espaço discursivo, e agora se define como a relação entre o “eu” e o outro, uma vez que o outro, o inconsciente é constitutivo de sua identidade.

Os trabalhos da referida autora reúnem descobertas das teorias do inconsciente, fundamentadas na concepção freudiana de sujeito clivado entre o

consciente e o inconsciente e na releitura que Lacan faz de Freud. Assim, abordam com mais precisão o inconsciente, apoiando-se no estruturalismo de Saussure e Jakobson, o que lhe possibilita assumir que o inconsciente se estrutura como uma linguagem. O conceito de sujeito lacaniano interessa à AD, porque este se define em função do modo como se estrutura na relação que mantém com o inconsciente, com a linguagem (MUSSALIM, 2006). Ora, se é no inconsciente em que repousa o discurso da família, da igreja, enfim, do outro, é em relação a estes que o sujeito se define, adquire identidade. Logo, pode-se entendê-lo como uma representação a partir desses discursos, revelando-se, assim, ser da ordem da linguagem, pois é a partir dela que esse sujeito lacaniano dividido, clivado se estrutura. A validade do conceito lacaniano de sujeito para a AD está no fato de fornecer-lhe uma teoria de sujeito compatível com a sua forma de conceber os textos como produto de um processo não consciente, de caráter ideológico.

Feitas essas considerações sobre o outro como elemento constitutivo do sujeito, retomemos o conceito de heterogeneidade e as formas como aponta a presença do outro: a heterogeneidade “mostrada” e a heterogeneidade “constitutiva”, apresentadas por Authier-Revuz (*apud* MAINGUENEAU, 2005). A primeira pode ser marcada na superfície discursiva, de modo explícito no discurso relatado (direto e indireto), por meio de formas marcadas de conotação autonímica, em que as palavras do outro são apresentadas pelo uso de aspas, ou outros recursos gráficos, por uma determinada entonação ou através de comentários, até chegar a formas mais complexas, nas quais a presença do outro não é explicitamente mostrada, chegando ao universo dos implícitos, como ocorre no discurso indireto livre e na ironia. Já a segunda, explica Maingueneau (2005 p. 33): “[...] não deixa marcas visíveis: as palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que não podem ser apreendidos por uma abordagem linguística *stricto sensu*.” É nessa perspectiva da heterogeneidade constitutiva que se insere o primado do interdiscurso. Tais noções remetem ao dialogismo de Bakhtin.

Na perspectiva dialógica da linguagem, a língua se constitui pelo fenômeno social da interação verbal que ocorre pela enunciação e nas enunciações, e o homem é concebido nas relações que o ligam ao outro, por meio de quem recebe as palavras e toma consciência de si mesmo. A palavra aqui é tomada como plurivalente. Assim o dialogismo torna-se condição constitutiva do sentido. Baseado em tais pressupostos, construiu-se a teoria da polifonia, introduzida por Bakhtin, para o estudo da literatura romanesca, utilizada pela linguística para analisar enunciados nos quais se percebem várias “vozes” simultaneamente. (MAINGUENEAU, 2002, p.138) Segundo a referida teoria, o discurso se tece polifonicamente, num emaranhado de vozes diversas que se cruzam numa relação de complementaridade, contradição e concorrência, possibilitando a produção dos sentidos. A dupla dialogização do discurso refere-se, pois, aos outros discursos constitutivos do discurso e à figura do interlocutor.

Ducrot (*apud* BRANDÃO, 2002) retoma o conceito bakhtiniano de polifonia e o transporta para o nível linguístico, a fim de mostrar como se pode verificar mais de uma voz num enunciado isolado, posicionando-se assim contra a tese da unicidade do

sujeito. Os analistas do discurso, portanto, recorrem a Ducrot, a fim de recuperarem a noção de historicidade encontrada no conceito de polifonia de Bakhtin.

A essa noção de um discurso heterogêneo atravessado pelo outro, o inconsciente, relaciona-se a “teoria do descentramento” do sujeito falante, segundo a qual o sujeito se caracteriza por ser clivado, descentrado e efeito de linguagem. Clivado, porque dividido na interação com o outro e agora com um terceiro elemento: o inconsciente freudiano, concebido como um elemento de subversão causador da cisão do eu (BRANDÃO, 2002); descentrado por não ser mais o centro, origem e fonte do sentido e; efeito de sentido, visto enquanto representação.

O percurso traçado até aqui com a apresentação das noções de sujeito nas três fases da AD possibilitou perceber que, embora elas apresentem diferenças, à medida que esse modelo de análise expande as suas bases epistemológicas, tais noções trazem como traço em comum um sujeito que não é livre, dono do seu dizer. Esse sujeito, submetido a sua natureza inconsciente, é dominado por uma formação discursiva que determina, estabelece previamente os sentidos possíveis do seu discurso.

A compreensão aqui construída favorecerá a análise de um discurso pedagógico, enunciado por um programa de formação de professores de português do ensino fundamental da rede pública, em serviço, o Gestar II, proposto pelo Ministério da Educação. O *corpus* constitui-se de um recorte de texto extraído do guia geral do referido programa, mais especificamente de uma seção destinada a discutir aspectos que compõem os fundamentos da sua proposta pedagógica, destaca-se entre eles o papel do professor.

3 ANÁLISE DO *CORPUS*: A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ENUNCIADOR - DISCURSO E EFEITOS DE SENTIDO

A análise aqui proposta será feita na perspectiva da AD2 e AD3 e considera a relação sujeito, ideologia e sentido. Por tratar com o discurso pedagógico, evoca as contribuições de Orlandi (2006) no tocante à tipologia dos discursos, partindo do pressuposto de que a noção de sujeito decorre da noção de discurso e é no texto que este se materializa. Vejamos o *corpus*, constituído por fragmentos textuais do Gestar em que há a explicitação da atuação do professor em sala de aula.

Fundamentos da Proposta Pedagógica do Gestar II.

Papel do Professor

O Professor é um mediador, que coloca o aluno em contato com o conhecimento, construído historicamente, e com ele trabalha os conteúdos daquele nível de ensino. Neste programa, acreditamos que o professor não é mais o detentor do conhecimento, aquele que sabe tudo, nem seus alunos são menos receptores do conhecimento. Pensamos que o professor aponta caminhos para que seus alunos descubram e construam de forma interativa os saberes.

O trabalho do professor não pode mais ser isolado. O trabalho em conjunto, cooperativo, deve considerar os interesses dos alunos na busca da construção do conhecimento. A atuação do professor, em sala e na comunidade escolar, compreende:

- a) na preparação de aulas:

- i) estudar e planejar o conteúdo antes de apresentá-lo a seus alunos, preparando as suas aulas, voltadas especificamente para as turmas com que trabalha. Leva em conta o diagnóstico das turmas, suas metas no processo de ensino – aprendizagem, e os interesses dos alunos;
 - ii) selecionar técnicas e materiais adequados ao desenvolvimento do ensino-aprendizado de conhecimentos específicos;
 - iii) criar um ambiente propício à aprendizagem, em sala de aula, contando com a participação ativa e a cooperação dos alunos.
- b) No desenvolvimento das aulas:
- i) encorajar os alunos a pesquisarem dentro e fora de sala de aula sobre temas importantes a serem estudados;
 - ii) construir uma postura investigativa diante dos fatos e eventos cotidianos ou novos;
 - iii) proporcionar aos alunos a oportunidade para o trabalho individual em grupo.
- c) Na participação da comunidade escolar:
- i) articular-se com os outros professores da escola em projetos comuns, envolvendo alunos de várias salas;
 - ii) assumir papéis na comunidade escolar e promover o entrosamento de seus alunos com alunos de outras escolas.

Esse texto foi produzido num contexto histórico-social em que a formação e qualificação dos professores têm sido trazidas à tona, numa discussão mais ampla em que se questiona a qualidade do ensino, mecanismos de avaliação das instituições e o acesso a elas. O Gestar se caracteriza como um programa de formação continuada semipresencial, orientado para a formação de professores de língua portuguesa, objetivando a melhoria do ensino. Alicerçado numa concepção sociointeracionista do processo de ensino-aprendizagem, tem como foco a atualização dos saberes profissionais, por meio de subsídio e acompanhamento da ação do professor no seu local de trabalho. Baseia-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa dos alunos de 6º a 9º anos, ou 3º e 4º ciclos do ensino fundamental. Sua finalidade é elevar a competência dos professores e de seus alunos e como consequência melhorar a capacidade de compreensão e intervenção sobre a realidade sociocultural.

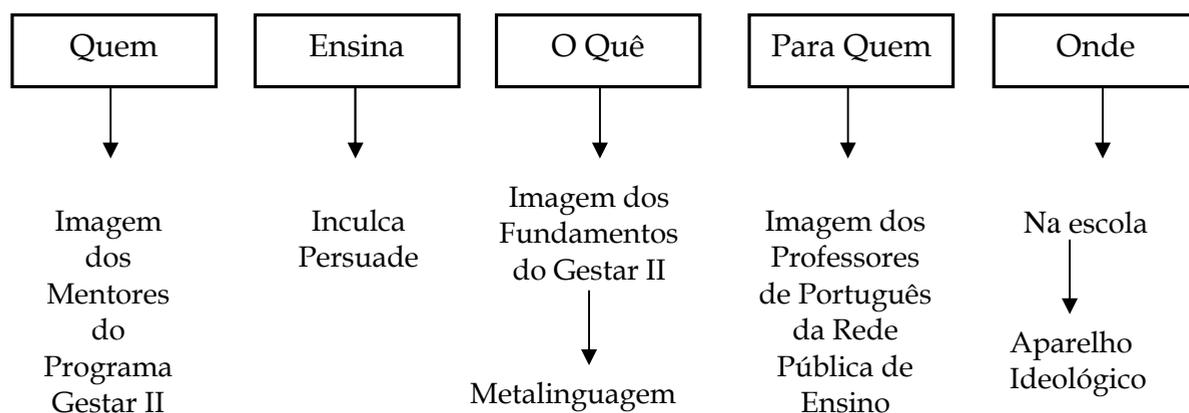
À luz de tais condições de produções, procede-se à análise discursiva do texto em questão. O sujeito enunciador representa a Instituição Ministério da Educação, que, por sua vez, fala do lugar do poder, representando o Estado. A posição imaginária que ocupa é a de mentor do programa, e como tal, detentor de um saber que se propõe a ensinar, ou melhor, inculcar para fazer. Esse dizer procede de um discurso autoritário e, pelas suas especificidades, de um discurso pedagógico.

Um olhar ingênuo se precipitaria em declarar tratar-se de um discurso de posições ideológicas não conflitantes, como um discurso homogêneo. Entretanto, na tentativa de definir o papel do professor, afirmando ser ele um mediador, diz também o que ele não é: “[...] não é mais o detentor do conhecimento [...]” (BRASIL, 2006, p.22) Tem-se, portanto, um discurso que reenvia a outro. E aí é possível perceber um outro discurso sobre o professor, aquele da educação bancária, em que ele, detentor do saber,

tinha como função depositar no aluno os conhecimentos dos quais já se apropriara. São, portanto, discursos conflitantes, posições ideológicas divergentes, pertencentes a formações discursivas distintas. Tem-se aqui um sujeito ideologicamente marcado.

Pelas asseverações que faz sobre o papel do professor, o sujeito enunciador demonstra domínio de um saber que se pretende científico, colocando-se como fonte do seu dizer. Isso pode ser observado, uma vez que a heterogeneidade do seu discurso não se apresenta linguisticamente marcada por alguma forma de conotação autonímica. Nesse processo de apagamento, exerce a ilusão discursiva, recusando inconscientemente aquilo que pode remeter ao exterior da formação discursiva a que está assujeitado.

Ao propor um trabalho numa perspectiva sociointeracionista, cooperativa, emerge novamente o discurso conflitante a partir de outra negação: “o trabalho do professor não pode mais ser isolado.” (BRASIL, 2006, p.23) Neste recorte também se podem identificar traços de um discurso autoritário, no qual reaparece o esquecimento 1, acreditando ser o sujeito a origem do dizer que enuncia. Verificam-se aqui as relações de poder, de força, estabelecidas pelo sujeito enunciador semelhantes àquelas presentes na relação professor-aluno. O percurso traçado pelo sujeito enunciador é típico da comunicação pedagógica, em que alguém ensina algo a outro em algum lugar. Tal percurso pode ser representado, baseado no esquema proposto por Orlandi (2006), que constitui o percurso estrito da comunicação pedagógica, a partir das seguintes formações imaginárias:



As condições de produção, entendidas aqui pela relação entre os interlocutores e o referente, indicam tratar-se de um discurso pedagógico, transmissor de conhecimento, a partir do qual são perpassadas informações, utilizando-se da definição (nominalização), caracterizado pela distância acentuada entre emissor e receptor. Orlandi (2006) o define como um dizer institucionalizado sobre as coisas, que se garante, à medida que garante a instituição da qual se origina.

No texto em questão, o enunciador se dirige ao professor cursista, apresentando-se como mentor do programa, condição que lhe confere autoridade. O discurso, além de marcado por definições sobre o papel do professor: “O professor é um mediador.” e “Neste programa acreditamos que o professor não é mais detentor do conhecimento.” (BRASIL, 2006, p.22), também ordena como deve ser a sua atuação:

“Deve considerar os interesses dos alunos na busca da construção do conhecimento.” (BRASIL, 2006, p.23) E a partir daí determina as ações a serem por ele desenvolvidas na sua atuação em sala de aula e junto à comunidade. Desse modo, tem-se a formação discursiva da academia (ciência), que elege a concepção sociointeracionista, igualmente científica, para definir uma prática docente transformadora e a FD de um poder instituído (o Governo Federal), que regula as práticas docentes por meio da instituição escola. É no espaço dessas duas FDs em que se encontram os sentidos possíveis desse discurso, já preestabelecidos por elas ao se relacionarem no espaço discursivo. O sujeito, então, ocupa diferentes posições, enunciando de lugares ideológicos diferentes. Essa mobilidade constante, própria do discurso, Foucault (1971) denomina dispersão, como mencionado.

A leitura aqui feita, a partir do modelo de análise da AD, apresenta o discurso do MEC (Ministério da Educação) sobre o papel do professor na proposta do Gestar II. Discurso este enunciado a partir de um lugar ideológico que valoriza a função do professor, enquanto mediador, capaz de possibilitar a construção de saberes com os alunos, de forma interativa. O enunciador destaca a importância de considerar os interesses destes e do trabalho cooperativo, além de propor ações voltadas para a sala de aula e sua participação junto à comunidade.

Foi possível identificar nesse texto um discurso atravessado por mais de uma formação discursiva cuja relação se dá em forma de confronto, conforme explicitado anteriormente. O sujeito na sua dispersão apresenta-se ocupando lugares que, embora distintos, relacionam-se em modo de aliança, a fim de produzir efeitos de sentido de verdade inquestionável e de mudança, reelaboração do papel do professor no exercício da sua atividade. Para isso, o sujeito aparece como representação de um locutor que se oculta pela impessoalidade, imprimindo traços de cientificidade ao discurso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentaram-se neste artigo os diversos conceitos que permeiam a fundamentação da Análise do Discurso e a relação entre eles existentes, o que possibilitou perceber a sua complexidade enquanto modelo de análise. Inevitavelmente esse estudo remeteu ao seu percurso, construído por meio das três fases, em que se pode observar a evolução de conceitos que vão desde o de máquina discursiva até o interdiscurso e a noção de heterogeneidade. Nessa busca inquieta do seu objeto de estudo – o discurso – relacionam-se sujeito, ideologia e sentido.

A discussão aqui proposta permitiu a compreensão de que os sujeitos são ideologicamente marcados e podem se manifestar em vários sujeitos que se movimentam no interior desse processo discursivo de onde enunciam. O seu dizer é determinado pelo lugar por ele ocupado numa determinada formação ideológica a que está submetido, entretanto as imagens construídas por esse sujeito enunciativo se constituem ao longo do processo discursivo. E, finalmente, a verificação de que é no espaço interdiscursivo entre as formações discursivas presentes em um discurso que os efeitos de sentido são produzidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado.** Tradução de J. J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. Introdução à análise do discurso.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Diretoria de Programas Especiais. Fundo de Fortalecimento da Escola - Fundescola programa Gestão da aprendizagem Escolar Gestar II. Guia Geral.** Brasília, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber.** Tradução de L. F. Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1971.
- LUCENA, Ivone T. de. Fiando as tramas do texto.** João Pessoa: Editora Universitária, 2004.
- MAINGUENEAU, Dominique. A Gênese dos discursos.** Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. Análise de textos de comunicação.** Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.
- MALDIDIER, D. A inquietação do discurso - (Re)ler Michel Pêcheux hoje.** Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso.** In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (org.) **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2006.
- ORLANDI, Eni P. A linguagem e seu funcionamento - as formas do discurso.** Campinas, SP: Pontes, 2006.
- ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** São Paulo: Pontes, 2002.
- ORLANDI, Eni P. Discurso e leitura.** Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

Recebido em 30/10/2009

Aceito em 03/11/2009